

# “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem \*

Cristiane S. Cabral\*\*

*O artigo aborda o universo da paternidade na adolescência no que tange à conjugação entre gravidez e trajetória escolar e profissional de jovens oriundos das camadas populares. Parte da literatura afim tem assinalado os efeitos deletérios de uma gravidez sobre o percurso escolar e profissional dos jovens, sendo a (re)produção da pobreza uma de suas principais conseqüências. Realizou-se trabalho de campo associado a entrevistas individuais com jovens pais e mães de jovens pais moradores de uma comunidade favelada da cidade do Rio de Janeiro. Ao serem consideradas as trajetórias escolar e profissional dos jovens, percebe-se uma interrupção da primeira em prol da segunda, mais por questões materiais do que em função da gravidez em si. A comparação entre a trajetória dos jovens e a de seus pais mostra homogenia em termos de origem social e reprodução das condições de classe. A categoria de “responsabilização” emerge como valor central, sendo um marco da passagem à maturidade e reforçadora da identidade masculina. Ressalta-se que tanto a literatura sobre masculinidades quanto aquela sobre a cultura da classe trabalhadora têm assinalado que a função de provedor é fundamental para a construção da identidade do homem.*

O presente artigo tem por objetivo abordar o universo da paternidade na adolescência no que tange à conjugação entre gravidez e trajetória escolar e profissional de jovens oriundos das camadas populares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utiliza a técnica de entrevistas em profundidade junto a jovens moradores de uma comunidade favelada na Cidade do Rio de Janeiro. Este trabalho está inserido em um projeto de pesquisa maior intitulado

“Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (Projeto Gravadv)<sup>1</sup> – investigação interdisciplinar na área da saúde coletiva que combina técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa a fim de compreender os contextos em torno da gravidez na adolescência, bem como os seus desdobramentos para as trajetórias biográficas e sociais dos indivíduos envolvidos nesse processo.

---

\* Este artigo é parte de minha dissertação de Mestrado, intitulada *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação Ford, por intermédio do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva.

\*\* Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva do IMS-UERJ.

<sup>1</sup> O projeto “Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (Projeto Gravadv) foi elaborado inicialmente por Maria Luiza Heilborn (IMS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Michel Bozon (INED, Paris), Estela Aquino (MUSA/ISC, Universidade Federal da Bahia), Daniela Knauth (NUPACS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Ondina Fachel Leal (NUPACS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). A pesquisa foi realizada pelos três centros de pesquisa: o Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, do Instituto de Medicina Social da UERJ; o Programa de Estudos Gênero, Mulher e Saúde, do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, e o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. O grupo de pesquisadores da equipe Gravadv compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCalum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico do projeto é Antonio José Ribeiro Dias (BGE). A pesquisa é financiada pela Fundação Ford e conta com apoio do CNPq.

Algumas observações iniciais se fazem necessárias. Primeiramente, considera-se *gravidez na adolescência* aquela ocorrida até os 20 anos incompletos, obedecendo-se a uma classificação oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), em que a adolescência estaria compreendida dos 10 aos 19 anos. Todavia, a categoria “gravidez na adolescência” merece alguns ajustes: circunscrita com parâmetros de pretensões universalizantes – existe uma adolescência que é definida como etapa da vida compreendida entre os 10 e os 19 anos pela OMS, e portanto a ocorrência de uma gravidez neste intervalo etário é definida como uma “gravidez na adolescência” –, essa categoria deve ser abordada de forma contextualizada (cf. Costa, 2002), pois em alguns cenários ela nem mesmo faz sentido. Fica registrado também o pouco rigor dos documentos oficiais no que diz respeito às categorias *adolescentes* e *jovens*: para a OMS, a faixa de 10 a 24 anos engloba a população jovem, a qual pode ser subdividida, para fins de análise, em dois subgrupos – de 10 a 19 anos, os adolescentes, e de 20 a 24 anos, os jovens (Calazans, 1999; WHO, 2001)<sup>2</sup>.

Ressalta-se que a adoção do critério etário da OMS viabiliza a comparabilidade entre este e os demais trabalhos sobre gravidez na adolescência, sendo, portanto, apenas um recurso metodológico. Diferentemente das correntes que concebem adolescência e juventude como categorias etárias, o presente estudo alinha-se à perspectiva que concebe a *juventude como processo*, o que permite argumentar em favor das idades socialmente construídas, bem como sobre os modos de transição para a vida adulta. Esta concepção é, assim, congruente com a ênfase no caráter heterogêneo e diversificado da juventude, uma vez que esta guarda suas especificidades em termos de gênero, classe e etnia (Bourdieu, 1983; Pais, 1993).

Em segundo lugar, ainda que estando inserido no campo das discussões sobre gravidez na adolescência (GA), este estudo

aborda apenas parte deste fenômeno: a gravidez que redundou em paternidade, isto é, um dos possíveis desfechos de uma GA. O grupo dos sujeitos entrevistados é composto por rapazes que já haviam tido filhos, de tal forma que um primeiro desdobramento da GA é o fato de que a gravidez foi levada a termo e, portanto, estes rapazes se tornaram pais – ao menos do ponto de vista biológico. Todavia, dadas as características do estudo, pode haver todo um universo de gravidezes ocorridas (levadas ou não a termo) que não chegou ao conhecimento dos sujeitos em questão.

Foi realizado um trabalho de campo de cinco meses, com a realização de entrevistas individuais semi-estruturadas com jovens que haviam tido pelo menos um filho antes dos 20 anos completos. Foram feitas 15 entrevistas com rapazes do sexo masculino, com idade entre 17 e 25 anos. Embora moradores de uma mesma localidade, os informantes apresentam semelhanças e diferenças em suas biografias individuais e histórias familiares. Onde o contexto de cada gravidez e os arranjos dela decorrentes também variam. No presente artigo são destacados os contextos de vida dos jovens no que tange ao processo de escolarização e à entrada no mercado de trabalho e suas interfaces com o evento “gravidez”. Efetua-se também uma comparação entre a trajetória dos jovens e a de seus pais, discutindo-se a homogenia em termos de origem social e reprodução das condições de classe em ambas as gerações.

A literatura sobre gravidez na adolescência é, em grande medida, oriunda da área da saúde e tem por característica retratar a GA mediante concepções homogeneizadoras e com ênfase em aspectos negativos que a mesma acarretaria para a vida dos sujeitos. Esse é o panorama no qual se desenvolve este trabalho, que pretende ser uma contribuição para a área da saúde coletiva. É com esta literatura, identificada como hegemônica ou predominante e que aborda a gravidez na

<sup>2</sup> Optei por referir-me aos entrevistados como “jovens”.

adolescência como um problema social<sup>3</sup> e de saúde pública, que estou dialogando aqui. Esta mesma literatura silencia completamente sobre a realidade da GA a partir do ponto de vista masculino: seus problemas e hipóteses são produzidos, em sua maioria, com dados que contemplam apenas o universo feminino.

O cenário de análise é composto pelos estudos sobre gênero e de família em camadas populares<sup>4</sup>. Acredita-se que os atributos definidores do que é ser “homem”, “adolescente” ou “jovem” estão encompastados por uma lógica peculiar de uma determinada classe social. A concepção de juventude como processo biográfico, no qual vão sendo adquiridos, progressivamente, os predicados característicos da vida adulta (autonomia material e residencial), permite argumentar em termos de modos de transição para a vida adulta e torna possível indagar em que medida um episódio de gravidez na adolescência acirra essa transição no contexto das camadas populares. Enfim, a invisibilidade do pai adolescente é um fato e o debate sobre gravidez na adolescência está impregnado de concepções padronizadas, que imprimem contornos de “precocidade” e de “problema” ao evento – está ausente uma problematização em termos das diferenças de gênero e de classe que atravessam o fenômeno.

### Construção do “problema social”

A gravidez na adolescência tem sido considerada uma questão de saúde pública por diversos setores da sociedade e transformada em objeto de discursos e de ações. Sendo erigida como problema social, muitos são os esforços por determinar os “fatores etiológicos” ou a “rede multicausal” que torna o adolescente “vulnerável” a uma gestação nesta faixa de idade (Santos Júnior, 1999).

Estudos da área médico-epidemiológica tendem a identificar a adolescência como um período de ajustes em face das mudanças físicas (biológicas, hormonais) e emocionais que caracterizam a passagem da infância para a idade adulta, período com “natural” predisposição à experimentação e, portanto, de grande suscetibilidade a comportamentos de risco. A produção acadêmica caracteriza-se por buscar identificar e quantificar *fatores de risco* que possam acometer a saúde e o desenvolvimento normal – ou esperado – do adolescente. Busca-se, por exemplo, diagnosticar os fatores de risco que concorrem para o início da vida sexualmente ativa, o que geralmente vem acompanhado pelo qualificativo *precoce*, bem como pela tentativa de estabelecimento da GA como consequência (Ferraz e Ferreira, 1998). No campo dos estudos sociodemográficos, são colocados em cena fatores macrossociais e variáveis demográficas como distribuição espacial e etária, nível socioeconômico da população, taxas de fecundidade, níveis de escolaridade etc., que ajudam a compor todo um panorama alarmista em torno da GA. São estabelecidas as relações entre GA e pobreza, mortalidade materna, instabilidade de vínculos, tipos de famílias constituídas, entre outros (Camarano, 1998). Os estudos psicossociais, por sua vez, apesar de trazerem para o bojo das discussões o contexto familiar e social, apoiam-se, em grande parte, nos estudos epidemiológicos e utilizam também a identificação de “fatores de risco” para a construção e exame de suas hipóteses. O adolescente é analisado em função de sua maior ou menor autonomia em relação ao grupo de origem, bem como de sua capacidade de assumir responsabilidades sociais. O aporte teórico tanto da Demografia quanto da Psicologia Social contribui para o desenvolvimento de uma etiologia multicausal: a GA

<sup>3</sup> Cf. Pais (1993) para uma diferenciação entre “problemas sociais” e “problemas sociológicos”.

<sup>4</sup> São diversos os termos na literatura a fazer referência aos grupos populares. Entretanto, adoto a perspectiva que circunscreve a expressão “classes trabalhadoras” ao “universo de categorias sociais que se encontram numa posição subordinada ou inferior na sociedade de classes, moderna e urbana” (Heilborn, 1997), utilizando-a de modo correlato ao termo “camada popular”.

freqüentemente aparece como produto de vários fatores psicossociais de risco, tais como instabilidade familiar, pobreza, abandono escolar, carência psicoafetiva e outros (Stern e Medina, 2000).

Destaco aqui um dos argumentos caros do chamado “enfoque tradicional” (hegemônico) sobre a temática da gravidez na adolescência: a vinculação entre GA e pobreza. Está colocada em pauta a idéia de que a gravidez em idade precoce representaria um poderoso mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, uma vez que seria a mola propulsora a interromper o processo de escolarização do jovem e, portanto, se constituiria num obstáculo na busca por melhores postos de trabalho e remuneração (Souza, 1998). Alguns autores (Stern e García, 1999; Stern e Medina, 2000) chamam a atenção para o fato de que esta proposição se presta, muito facilmente, a completar um silogismo com a necessária conclusão de que um declínio no número de GA contribuiria, então, para a redução da pobreza. Nesta perspectiva, a GA torna-se alvo de intervenções múltiplas de programas e políticas públicas, pois deve ser prevenida.

Ao fazer uma revisão sobre a literatura, uma autora norte-americana (Luker, 1996) afirma categoricamente que, embora o tema da gravidez na adolescência esteja com grande visibilidade, isto não se dá em razão de uma epidemia ou por ser uma novidade<sup>5</sup>. Na verdade, o “problema” da GA ganha relevo no contexto norte-americano a partir da década de 70, quando defensores de políticas públicas destinadas a coibir a gravidez precoce argumentavam que as taxas de mortalidade infantil e de pobreza poderiam diminuir caso as adolescentes tivessem menos filhos. O debate ainda

permanece e as adolescentes que têm filhos não se enquadram nas suposições e expectativas da classe média, para a qual os jovens (as jovens, mais especificamente) estariam limitando as oportunidades de suas próprias vidas. Todavia, a maior visibilidade do fenômeno é dada pelo fato de que, nos anos 50, a maioria das mulheres jovens com filhos era casada<sup>6</sup> e “getting married and having children are for the most part becoming increasingly separate events” (Howard, 1993, p. 233)<sup>7</sup>.

Em suma, os principais eixos de argumentação da GA como “problema social” colocam em cena fatores de risco biológicos, psicológicos e sociais. Dentre as conseqüências “negativas” da GA, encontramos discursos acerca da imaturidade física e psíquica da adolescente para ter um filho, o que, por sua vez, representaria riscos tanto para si quanto para a prole. Há assertivas acerca do crescimento do número de mães solteiras em decorrência da instabilidade dos vínculos conjugais, o que acirrará as dificuldades sociais, incrementando a pobreza. Alega-se também que a GA interrompe o processo de escolarização do jovem, contribuindo assim para diminuir suas chances futuras em adquirir melhores postos de trabalho. Daí conclui-se que a ocorrência de um episódio de GA funciona como mola propulsora da pobreza. Assim, as conseqüências sociais da GA são amplamente utilizadas em sua construção como “problema social”. Salienta-se, entretanto, que a redefinição das expectativas em torno da juventude no que tange ao processo de escolarização, à entrada no mercado de trabalho e à idade adequada de ter filhos desempenha um papel central na configuração de “precocidade” em relação à trajetória social do jovem<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> Segundo Luker (1996), não está ocorrendo um aumento do número de nascimentos de filhos de adolescentes nos EUA: a proporção se mantém para todo o século XX (exceção feita apenas para o período do *baby boom*).

<sup>6</sup> Elo *et al.* (1999, p. 78) são categóricos ao afirmar que a diferença entre os adolescentes de hoje e os de três décadas atrás reside no fato de, atualmente, as chances de nascimentos fora dos marcos do casamento serem muito maiores; portanto, não seria a idade da mãe, por si só, o grande fator de alarde.

<sup>7</sup> Este estudo mostra que esta afirmativa é verdadeira apenas para países desenvolvidos, pois em muito contrasta com os desfechos dados para a mesma situação em outras sociedades, como nos países asiáticos.

<sup>8</sup> Essas questões estão intimamente correlacionadas a um outro processo que diz respeito à mudança na percepção social das idades (Ariès, 1981).

## Universo do estudo

A pesquisa foi realizada sob os moldes dos estudos etnográficos, ainda que a coleta de dados por meio de entrevistas individuais semi-estruturadas tenha sido preponderante. A utilização de “redes sociais ou de amizade”<sup>9</sup>, técnica em que um participante faz novas indicações ou mediações com outros possíveis informantes de suas redes de relações, foi fundamental para a constituição de um *network*.

Já foi anteriormente assinalado que o universo deste estudo é composto por 15 jovens<sup>10</sup>, com idade entre 17 e 25 anos<sup>11</sup>. Todavia, os casos de gravidez totalizam 23 – alguns já estão com seu segundo ou, até mesmo, terceiro filho ainda dentro dos

limites oficiais de *adolescência*. As idades com que têm o *primeiro filho* variam de 15 até 19 anos; as parceiras são um pouco mais jovens do que eles na maioria dos casos, e as idades com que tiveram o *primeiro filho* variam dos 12 até os 19 anos (Quadro 1).

Há neste universo uma certa heterogeneidade das histórias abrigadas sob a rubrica de “gravidez na adolescência”, o que contrasta com as principais tendências indicadas pelo enfoque tradicional da literatura afim. Há gravidez com paternidade reconhecida, com paternidade não assumida, no âmbito de um relacionamento “estável”, oriunda de relacionamento eventual, gravidez que deflagra coabitação etc. O cenário compõe-se de eventos de

QUADRO 1  
Os Informantes

EGO	Idade (ego)	Nº filhos	Idade de ego à 1ª gvdz	Idade parceira à gvdz	Idade de ego em gvdz posterior	Idd ego 1ª rel. sexual	Idade da parceira
Alex	19	1	18	15	—	15	13
Beto	19	1	17	12	—	± 14	± 15
Cláudio	23	2	17	19	2ª gvdz aos 21	± 17	± 19
David	22	1	17	18	—	14	19
Elton	19	2	15	19	2ª gvdz aos 18	15	19
Flávio	19	1	17	16	—	13	± 14
Gilson	19	3	15	15	2ª gvdz aos 18 3ª gvdz aos 19	15	15
Herbert	19	1	18	15	—	14	± 14
Ivan	25	2	18	15	2ª gvdz aos 22	15	± 15
João	21	3	15/16	18	2ª gvdz aos 18 3ª gvdz aos 19	10	± 15
Leandro	21	1	19	15	—	13	16
Marcelinho	17	1	15	15	—	12	15
Nelson	21	1	18	17	—	15	??
Oscar	20	1	19	15	—	15	14
Paulão	19	2	16	16	2ª gvdz aos 19	14/15	17

<sup>9</sup> Este é um método também conhecido como “bola de neve”. Ele não representa uma mera estratégia de facilitação, mas tem por pressuposto o fato de que “as socializações endogrupais são fundamentais [...], têm um enquadramento próprio pois comportam *padrões de circulação de cultura* orientados por mecanismos de socialização que se vão aprendendo conjuntamente” (Pais, 1999, p. 15).

<sup>10</sup> Utilizo nomes fictícios no intuito de salvaguardar o anonimato dos informantes.

<sup>11</sup> O recorte etário compreendia jovens entre 18 e 24 anos, por entender que esta faixa de idade (ligeiramente subsequente àquela considerada *adolescência*) permitiria aos atores uma memória mais acurada dos eventos, em função da contigüidade temporal com os mesmos, além de contemplar questões éticas de pesquisa.

gravidez atrelados ao início da vida sexual da parceira e, em menor escala, ao início da vida sexual do rapaz. Observa-se o conhecimento pelos jovens de uma variedade de métodos contraceptivos, adotados ou não, bem como de formas de uso. Apesar desta heterogeneidade, há um fato que se destaca neste universo, merecendo consideração: são vários os casos de gravidez com reconhecimento da paternidade<sup>12</sup>.

Dadas a natureza do objeto e a opção metodológica, a estratégia de escolha de informantes acabou sendo pela identificação da existência de uma criança. Em segundo lugar, a despeito desse possível viés metodológico<sup>13</sup>, há que se considerar questões em torno do reconhecimento social da paternidade. O caso de um jovem que diz ter uma filha (a primogênita), mas que é melhor “pular essa parte” porque ele não a “assumiu”, dá indícios do que pode estar contemplado e ausente em tais discursos. Este fato nos conduz à hipótese da existência de uma certa invisibilidade social dos casos de paternidade não assumidos, bem como dos casos de aborto. Em outras palavras, a estratégia metodológica adotada permitiu maior acesso aos casos de paternidade assumida do que aos casos conflituosos de gravidez – paternidade não assumida, aborto, ou GAs que não chegam ao conhecimento do jovem. Todavia, há que se considerar, também, a possibilidade de a maioria dos desenlaces das histórias de GA ser, de fato, a maternidade e a paternidade, hipótese esta que pode ser ponderada a partir das concepções correntes acerca do aborto e do valor que a criança tem para o grupo, por exemplo.

Ainda que os vínculos que unem os entrevistados sejam de natureza variável, ressalta-se a existência de relações entre eles, e o fato do conhecimento mútuo da condição da “paternidade precoce” sinaliza

para o compartilhamento de condições semelhantes. Há uma sobreposição dessas redes em termos de gênero, classe, localidade, laços de vizinhança e amizade que permite argumentar a favor de uma consistência sociológica do grupo de informantes. Salienta-se, assim, a constituição de um universo minimamente homogêneo que compartilha experiências e valores que se desdobram numa mesma visão de mundo.

### **Trajetórias de estudo e trabalho: homogenias e singularidades**

Se a GA tem sido causa de tanto ruído e desconforto é porque a adolescência vem sendo construída como uma etapa de preparação para a vida adulta, ou seja, como um período destinado à escolarização do jovem. Em decorrência, a GA é geralmente apontada como causa do abandono e do fracasso escolar. Tal observação – já não tão consensual – é proveniente de estudos acerca do universo feminino. Quanto aos rapazes, pouco se sabe sobre as repercussões da gravidez na adolescência em sua trajetória escolar, o que nos faz questionar sobre a pertinência em se falar de abandono e/ou fracasso escolar para o jovem do sexo masculino em função da mesma. Uma descrição das trajetórias escolares destes jovens pode ser um fecundo ponto de partida.

#### *Trabalho e escola: projetos opostos?*

Do conjunto dos jovens entrevistados, apenas dois continuam nos bancos escolares – proporção que provavelmente destoaria daquela encontrada entre jovens das camadas médias da população, onde se observa uma preservação maior do projeto de escolarização. Mais ainda, talvez seja possível dizer que apenas um continua “de fato” a estudar, obtendo a escolarização

<sup>12</sup> Não posso me furtar à tensão aqui presente: a heterogeneidade dos dados registrados na literatura sobre GA se desfaz quando este material é analisado sob o ponto de vista da literatura de família em camadas populares, ou ainda, da literatura sobre masculinidades. Podem ser observados desfechos semelhantes entre estas biografias, o que nos remete para um certo modelo de trajetória masculina na classe trabalhadora.

<sup>13</sup> Para escapar deste possível “viés de seleção”, talvez fossem necessários os estudos com outro recorte metodológico, tais como os *surveys*, em que os critérios da GA e da paternidade seriam totalmente aleatórios. Mesmo assim, permaneceria toda a questão da gravidez que não chega ao conhecimento do rapaz – fato este que remete a questões de gênero, uso de contraceptivos etc.

segundo os moldes tradicionais do sistema de ensino: Marcelinho é um dos pouquíssimos rapazes a cursar o 2º grau<sup>14</sup>. O outro rapaz é Beto, que recentemente foi sorteado para um projeto que visa à capacitação de jovens em comunidades carentes e que, ao final, fornece o diploma referente ao 1º grau. Este rapaz recebe por este programa governamental uma bolsa mensal no valor de um salário mínimo, o que representa tanto sua renda pessoal quanto um incentivo para participar de tal capacitação.

Assim, Marcelinho se destaca do grupo de entrevistados. Sua história de vida apresenta contornos peculiares, para além do fato de sua maior escolarização<sup>15</sup>. Seu relato é revelador do esforço e da insistência, junto à direção da escola que frequenta, para conseguir uma vaga noturna e conciliar os horários de trabalho e estudo:

Eu larguei [a escola ano passado] por causa do trabalho, que eu não estava agüentando, mas aí não me deram a vaga. Eles não quis me dar a vaga, mas deram pra outros que não trabalhavam... Aí eu falei: já que vocês não vão me dar, então vou largar a escola; se der, ano que vem eu volto. Larguei e fiquei trabalhando direto. Aí, esse ano, fiquei lá... toda quinta-feira eu ia lá... eu queria reabrir a minha matrícula... não tinham colocado a minha vaga, aí eu fui lá, conversei com a diretora, ela foi e botou a minha vaga lá. (Marcelinho, 17 anos)

Exceto os dois rapazes acima mencionados, todos os outros já estão fora do sistema escolar, rompendo, portanto, com uma das principais expectativas depositadas no jovem e no período de adolescência e juventude como fase de preparação para a vida adulta. Esta “saída da escola” se dá entre os 14 e os 18 anos dos rapazes, quando ainda cursam o segundo segmento do ensino fundamental – da 5ª à 8ª séries, as antigas séries ginasiais. Há que se examinar, então, as circunstâncias e as razões imbricadas nessa “saída da escola”.

São três os principais argumentos arrolados pelos entrevistados como justi-

ficativas para tal situação: uma parte (sete entrevistados) deixou os estudos em busca de trabalho<sup>16</sup>; outros quatro afirmam claramente a impossibilidade de continuar estudando em função da gravidez da parceira; aparece ainda o argumento da incompatibilidade e/ou desinteresse pelos estudos (três entrevistados).

O trabalho é invocado como justificativa primordial não apenas para os primeiros, mas também para aqueles que se deparam, em seu percurso, com uma futura paternidade e deixam de estudar para trabalhar. Sabe-se que o trabalho aparece como universo moral importante na trajetória do jovem de camada popular, além de ser um elemento relevante na construção de sua identidade masculina.

Com o intuito de sopesar em que medida o trabalho ganha preeminência em relação à trajetória escolar, foi perguntado aos jovens sobre as principais motivações envolvidas na decisão de trabalhar.

Novamente, há um conjunto de justificativas arroladas, dentre as quais se destacam a busca da autonomia financeira em relação aos pais e, em decorrência, a possibilidade de acesso ao consumo de bens materiais. Assim, para a maioria dos entrevistados, o trabalho aparece revestido de uma “orientação instrumental” (Pais, 1998), através do qual se torna possível “ter o próprio dinheiro” para “comprar as roupas” que se deseja sem “ficar dependendo da mãe ou do pai”, tal como exemplifica o depoimento abaixo:

Eu não queria depender da minha mãe. Eu pedia as coisas à minha mãe, pô comecei a andar com roupinha de marca, ia pra baile funk, sabe? Aí, botava roupa de marca, e roupa de marca é cara. A minha mãe não ia querer me dar, pô! Tênis caro. Eu falei: Pô, então eu vou trabalhar pra me manter. Eu vou ficar só dependendo da minha mãe?! Aí eu saí, trabalhei, mas depois disso eu nunca estudei quando eu saí da escola. (Beto, 19 anos)

<sup>14</sup> Os 1º, 2º e 3º graus são atualmente definidos, respectivamente, como ensinos Fundamental, Médio e Superior.

<sup>15</sup> Marcelinho é fruto de uma GA (sua mãe tinha 15 e seu pai 16 anos quando ele nasceu) e é filho de um outrora poderoso criminoso da comunidade (já falecido, assassinado).

<sup>16</sup> Aqui estou também incluindo Beto, pois este havia parado de estudar para trabalhar antes de ser incluído no referido projeto governamental.

As dificuldades na escola parecem contribuir para que esta “orientação instrumental” em relação ao trabalho ganhe maior peso. Alguns se reportam às dificuldades para estudar em decorrência de privações financeiras, ou ainda, em função das repetências escolares – estas últimas são sempre acionadas como signos do desinteresse ou do não gosto pelos estudos.

Eu tava pra passar pra quinta... na última prova teve uma briga lá do meu pai com a minha mãe. Cheguei lá na sala de aula e não consegui fazer nada! Sabe o que é um branco? Eu peguei e botei o nome nas prova toda, não consegui fazer nem uma conta! Aí o meu pai também não me dava... eu nunca tive um dicionário bom pra estudar... sempre foi preciso pegar dos outro... faltava um caderno, faltava um livro, tinha que filar dos outro... aí eu peguei, larguei de mão direto e fui trabalhar. (Alex, 19 anos)

A repetência escolar está presente na trajetória de vida de, absolutamente, todos estes rapazes, havendo uma certa contigüidade desse evento ao período em que começam a “cair na gandaia”, seja em função de “colegagem e bagunça na escola”, seja em função de início de namoros.

A gravidez – apesar de não ser a principal justificativa para a interrupção dos estudos – também é deflagradora da primazia do trabalho em relação à trajetória escolar, pois, agora, estes jovens têm “um filho para sustentar”:

Parei de estudar por causa dos filhos, do filho que eu tive com... ia fazer 16 anos mesmo. Aí, desisti de tudo. Tive que correr atrás, sabe? Eu tive que ficar aqui no bar, meu pai deixou o bar pra mim, me deu o bar. Meu pai: “Fica trabalhando aí, arruma as coisas do teu filho.” Aí, tô até hoje aí. Mas aí, desisti mesmo, parei mesmo de estudar, tive que deixar o colégio de lado. (Elton, 19 anos)

Conciliar escola e trabalho é um desafio. Não são poucos aqueles que tentam conciliar ambos, sem, contudo, obter sucesso (mais uma vez, a exceção é Marcelinho). Frequentemente, o cansaço por trabalhar durante o dia e estudar à noite é acionado como explicação pela desistência dos estudos:

Parei de estudar depois que a minha filha nasceu. Eu parei de estudar... Fui estudar e trabalhar mas só [que] quando eu chegava na escola, eu dormia. (Flávio, 19 anos)

*Grosso modo*, pode-se dizer que, nas trajetórias abordadas, há dois padrões ou tipos principais de interseção que demarcam o percurso “escola e trabalho”. Ora há uma sobreposição deste com a vida sexual e afetiva, sendo a saída da escola e a busca por trabalho concomitantes com o início dos namoros ou dos casos de GA. Em outros momentos, a simultaneidade dos acontecimentos fica por conta da busca pela autonomização financeira para atender as demandas de consumo e de sociabilidade (bailes e, novamente, “garotas”).

A referência a Bourdieu é inevitável. O seguinte trecho parece condensar algumas das facetas que estão presentes na tensão entre escola e trabalho para os jovens das camadas populares:

Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhe são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto, para ser reconhecido e se reconhecer como um “homem”. Este é um dos fatores do mal-estar que a escolaridade prolongada suscita nos filhos das classes populares. (Bourdieu, 1983, p. 115)

A interrupção precoce dos estudos nos meios populares, tanto no que diz respeito aos rapazes quanto em relação às moças, já foi registrada por autores clássicos desta área. Zaluar e Leal (1997), por exemplo, mostram que a evasão escolar afeta em maior escala os homens, e já nas primeiras séries do 1º grau. Dentre os principais motivos para esta interrupção, são alegados a necessidade de trabalhar, as contínuas repetências escolares/desinteresse pelos estudos e a mudança de moradia. Além disso, as autoras apontam a divergência entre os pais e os alunos quanto aos motivos que levam o jovem a trabalhar: entre os primeiros, predomina a justificativa de



ajuda financeira à família, ao passo que os segundos falam em ter dinheiro “para comprar o que gostam”. Estas afirmativas fazem com que as autoras concluam que está envolvida na decisão de trabalhar “a primazia da obtenção da renda, seja para o consumo familiar, seja para o consumo do adolescente” (Zaluar e Leal, 1997, p. 179).

Apesar da importância que o trabalho assume nestas trajetórias, está presente um discurso acerca do valor da educação. Assim, vários entrevistados ponderam que a pouca escolarização obtida pode lhes trazer maiores dificuldades no futuro em termos de inserção no mercado de trabalho e nível de renda. Alguns afirmam que gostariam de voltar a estudar, mas, para tanto, os horários de escola e trabalho precisam ser compatíveis. Outros ainda têm como projeto retornar à escola e “terminar os estudos”, mas, ao que parece, este objetivo contempla, no máximo, a escolarização secundária – apenas dois entrevistados fazem menção ao vestibular ou a cursar uma faculdade.

Há que se dizer que esta saída da escola suscita diferentes reações nos familiares destes jovens, variando desde a total indiferença até a radical oposição, sem, entretanto, muito sucesso no que diz respeito à reversão da situação.

Alex, por exemplo, afirma que ninguém se opôs à sua decisão de sair da escola ou, antes, “ninguém falou nada até hoje!”. Apesar desta aparente falta de interesse de seus pais pelos seus estudos, Alex diz que seu pai era “duro na queda” na hora de “tomar as lições”: a cada resposta errada, era uma “colher de pau na mão”, mas se acertasse, “ganhava algum dinheiro”. Seu irmão mais velho também não completou o ensino fundamental, parou na quinta série. Leandro também não encontrou resistências para sair da escola, até porque já “não tinha ninguém pra falar”. Já os casos de David, Oscar e Paulão foram permeados por muitas brigas com os pais, que insistiam para que seus filhos continuassem a estudar.

As justificativas de David para o início da vida laboral são próximas, em sua natureza, das oferecidas por Ivan. David mostrou-se irredutível perante sua família em relação à sua decisão de abandonar os estudos e começar a trabalhar, “até porque era o único na casa que ainda não trabalhava”. A decisão de Ivan foi assim justificada:

Minha finalidade era sair do quartel e arrumar logo um trabalho. Já tinha que trabalhar mesmo por causa da idade. Que eu não queria mais estudar, ou era o estudo ou era o trabalho. Um ou outro. Aí eu optei pelo trabalho. (Ivan, 25 anos)

#### *O jovem pobre e a (difícil) inserção no mercado de trabalho*

Foram anteriormente abordadas as principais motivações que levam o jovem a trabalhar, o que, na maior parte dos casos, resulta na interrupção da trajetória escolar. Dentre tais motivações, o projeto de autonomização tem destaque. A seguir abordo os principais tipos de inserção dos rapazes de camada popular no mercado de trabalho<sup>17</sup>.

Embora o início da vida ativa seja identificado, temporalmente, ao momento subsequente ao abandono da escola, em alguns relatos podem ser discriminados períodos e tipos de trabalhos concomitantes à vida escolar. Nestes casos, há um diferencial em relação à atividade que se exerce: são pequenos biscates, revestidos de caráter de “ajuda”, e que dizem respeito ao circuito das trocas familiares. Assim, as idades correspondentes ao início da vida ativa podem ser ainda mais precoces se comparadas às de outros estratos sociais. Por exemplo, Ivan identifica como seu primeiro trabalho aquele em que tem a “carteira [de trabalho] assinada”, porém revela que há muito fazia biscates para “ganhar uns trocados”. Há também o relato de Leandro, que aos 10 anos de idade vendia apim na feira:

<sup>17</sup> Para efeito da presente análise, “mercado de trabalho” está sendo tratado de modo indistinto no que diz respeito ao aspecto formal e informal.

Minha mãe me ensinava, sabe, que eu tinha que trabalhar e tal, e eu ia, eu sempre gostei também de trabalhar, arrumar um dinheiro e tal. Eu sempre trabalhei na feira, eu vendia aipim, peixe, essas coisas... Só ajudava ela, eu trabalhava e sempre dava um dinheiro pra ela porque a gente precisava, tava construindo outra casa, sabe... (Leandro, 21 anos)

No conjunto das atividades desenvolvidas pelos jovens estão presentes as que caracteristicamente compõem o mercado informal de trabalho. Assim, estes sempre fazem referência aos biscates, sobretudo nas funções de ajudante de pedreiro, rebaixador de gesso, pintor de parede etc. Na verdade, esse tipo de inserção, informal e temporária, representa o máximo até então conseguido por muitos deles. São ainda citadas as atividades de carreto em supermercado, camelô e *office-boy*. Não são poucos os que nunca conseguiram “trabalho fixo”, isto é, o envolvimento de algum tipo de contrato, ou mesmo o tão almejado “emprego de carteira assinada”.

Este é o caso de Gilson, possuidor, nesse sentido, de uma trajetória ímpar: este rapaz chegou a estudar em colégio particular (escola de referência na vizinhança) durante o primário e parte do ginásio (sendo mantido por seu pai) e a frequentar uma escolinha de futebol de um dos maiores clubes desportivos do Rio de Janeiro. Ao parar de estudar (cuja alegação é a de que seu pai deixou de pagar a escola), passa a trabalhar como camelô e ajudante de obra. Embora nunca tenha conseguido um emprego com “carteira assinada”, mencionou várias vezes que “um dia há de conseguir”. Entretanto, o dinheiro que consegue advém de roubos<sup>18</sup> que faz:

Já tem uns três ano, quatro ano já... por aí, que num vejo um serviço. [...] Ah, *dou o meu jeito*<sup>19</sup>... de vez em quando eu arrumo uns biscate. Aqui na Nova Holanda sempre a gente arruma um jeito... só não pode é deixar filho passar fome. (Gilson, 19 anos)

No âmbito das atividades ilícitas podem ainda ser citados Herbert e David. O primeiro está há quase um ano desempregado, embora já tenha exercido as atividades de estoquista e entregador (*motoboy*). David, por sua vez, chegou a trabalhar para o gerente do tráfico local, fazendo a limpeza das armas, e recebendo “droga” em troca. Atualmente, está trabalhando uma média de 12 horas por dia no comércio local, nos sete dias da semana, recebendo apenas um salário mínimo.

Os freqüentes biscates, amplamente disseminados no meio popular e comuns às diversas gerações, representam uma estratégia de enfrentamento do mercado de trabalho precário, fato que afeta implacavelmente os jovens. O desemprego é, atualmente, uma realidade para quase 50% dos entrevistados. E, se a “orientação instrumental” era o que presidia em grande parte o início da vida laborativa, não há como deixar de mencionar um certo descompasso com o que os jovens entrevistados vivem atualmente. Suas rendas não têm destinos muito variados: estão geralmente voltadas para a ajuda às próprias famílias de origem, para os gastos com seus filhos (principalmente em termos de alimentação e roupas), ou, ainda, para o pagamento do aluguel de suas casas.

Se o presente é permeado por tantas dificuldades, sonhar ou projetar o futuro por vezes parece impossível. Nenhum deles almeja coisas muito diferentes do que já possuem ou do que percebem como possível de conseguir a partir da realidade que têm em volta. Em outras palavras, se em termos de escolarização poucos falam – sem muita firmeza ou convicção – que gostariam de voltar a estudar, também não há muita variação em termos de perspectivas de profissionalização ou de inserção laboral. Geralmente, afirmam que gostariam de permanecer no mesmo tipo de trabalho que

<sup>18</sup> Outro entrevistado e amigo deste havia mencionado Gilson como um possível participante da pesquisa, mas alertou que o único problema seria conseguir encontrá-lo em casa, pois este sai todas as manhãs para o centro da cidade para trabalhar, fazendo “roubos”, na verdade. Aqui fica patente uma diferença de perspectiva: se, etnocentricamente, essa “atividade” de Gilson significa um ato ilícito, para o entrevistado (e amigo de Gilson) ela constitui, conforme deixa entrever, um tipo de suporte para a própria sobrevivência.

<sup>19</sup> “Dou o meu jeito” significa roubar.

desempenham (ou já desempenharam), tais como *motoboy* e camelô; para outros, nem mesmo está em questão um projeto de futuro. De todo modo, parecem não alimentar ambições de ascensão social:

Eu nunca parei pra pensar porque como eu tô assim, nesse clima assim, eu vivo assim, só trabalhando, e não deixando nunca estar faltando nada. (Cláudio, 23 anos)

#### *Família de origem: escolaridade e ocupação*

Tecer considerações a respeito da família de origem dos informantes é relevante para o delineamento de características que dizem respeito tanto à mobilidade social do jovem, quanto ao universo moral do qual faz parte e no qual é forjado. As informações são reveladoras de homogeneidade em termos da origem social dos jovens e de suas respectivas famílias.

O grau de escolaridade é extremamente baixo para a maioria dos progenitores. Nenhum deles chegou a atingir o segundo grau e poucos conseguiram completar o primeiro grau (freqüentemente, esta escolarização se dá já na vida adulta, em cursos noturnos do tipo “supletivo” e simultaneamente à escolarização dos filhos). Vários são aqueles que “nunca foram à escola” e são totalmente analfabetos; há quem saiba “ler e escrever”, e aqueles que conseguem apenas assinar o nome. Poucos são os pais que chegaram a freqüentar a escola e obter o curso primário completo; alguns a abandonaram nas séries ginásiais. Sendo assim, aqueles podem ser considerados “analfabetos funcionais” (classificação utilizada pelo IBGE que corresponde a pessoas com menos de quatro anos de estudo<sup>20</sup>). Estas histórias de vida são marcadas pela pobreza. O baixo grau de escolaridade (este que é um importante indicador social) da grande maioria dos pais dos jovens tem repercussões diretas no tipo de profissão e de inserção que possuem no mercado de trabalho.

Embora uma parte dos pais esteja inserida no mercado formal de trabalho, a grande maioria desenvolve atividades características do mercado informal. Em face de situações de desemprego, recorre-se aos pequenos biscates, geralmente realizados no bairro de moradia. As mães, em sua maioria, não possuem profissão, tampouco exercem alguma atividade remunerada; são identificadas como “do lar” pelos informantes. Entretanto, há aquelas que desenvolvem atividades temporárias cujo intuito é, claramente, o de auxiliar o provedor principal da casa. Dentre estas atividades estão: fazer pequenos biscates, lavar roupa pra fora, ser diarista, preparar quitutes para vender na porta de casa etc. No modo de organização dessas famílias, cabe ao homem a obrigação e o papel de ser o provedor principal da casa, enquanto mulher e filhos são trabalhadores secundários – posições claras no que diz respeito à divisão sexual do trabalho em famílias de camadas populares (Salem, 1981; Zaluar, 1982 e 1985; Duarte, 1986). Apenas uma mãe se diferencia das demais na medida em que possui seu próprio negócio, adquirido com a morte de seu segundo marido.

O conjunto dos pais também apresenta similaridades quanto à origem geográfica: muitos são migrantes do Nordeste. Em diversos momentos das décadas de 60 e 70, vieram para o Sudeste em busca de vida mais condigna, fato este que se mescla com a própria história de formação e desenvolvimento da localidade. Alguns destes progenitores são os próprios migrantes; outros já são os filhos de migrantes e nasceram e/ou cresceram na comunidade, o que faz com que seus filhos – os rapazes – sejam a segunda geração nascida e criada naquela localidade.

#### *Mobilidade social e camadas populares*

Outro ponto central é a análise do grau de mobilidade social do jovem em relação à sua família de origem. Deve ser considerado,

<sup>20</sup> Note-se que o termo analfabetismo funcional se refere a “anos de estudo” e não a grau ou série atingida. Mesmo assim, considero apropriada sua utilização, na medida em que é notória a precariedade do ensino oferecido às camadas populares.

no entanto, que esta é uma mobilidade relativa, na medida em que o jovem ainda está no início de seu ciclo de vida produtivo. Assim, há um viés de tempo que deve ser levado em consideração ao se comparar os jovens e seus pais (estes estão em outro momento do ciclo de vida e, supostamente, com suficiente experiência acumulada que serve para comparação das trajetórias). Essa ponderação também é feita por Pais (1993, p. 50) ao afirmar que, no limite, “os jovens não deveriam ser identificados por uma posição de classe mas, antes, por uma trajetória determinada por uma origem ou um futuro de classe”.

Enfoco escolaridade e tipo de trabalho de pais e filhos. É evidente a pouca escolarização para ambas as gerações. O universo é bastante homogêneo, tanto intra quanto intergeracionalmente. Há também similaridades no que tange à atividade laboral exercida por pais e filhos, com, mais uma vez, a prevalência do trabalho informal e a presença de situações de desemprego. Pode-se afirmar que há baixa mobilidade social entre as gerações segundo os critérios de escolaridade e trabalho, com exceção de dois casos nos quais é possível perceber a existência de uma trajetória ligeiramente ascendente (até o momento). Estes correspondem aos casos de Marcelinho e Oscar, os únicos com escolarização secundária (ainda que incompleta para ambos). Quanto aos demais rapazes, a diferença, com relação a seus pais, em termos de série atingida pode ser justificada pelo movimento de expansão do sistema escolar, presente sobretudo nos grandes centros urbanos nas últimas décadas. No mais, a mão-de-obra desqualificada, os baixos salários que recebem indicam a reprodução das condições de vida da geração anterior.

Todavia, a percepção dos jovens em relação a essa temática caminha em outra direção. No momento em que são solicitados a comparar a sua situação socioeconômica com a de seus pais, quando estes também eram jovens, nove entrevistados

afirmam que o momento atual em que vivem é melhor. As justificativas arroladas, entretanto, são de várias naturezas: Alex, por exemplo, considera que o tipo de relacionamento que tem com sua esposa é qualitativamente melhor do que o de seus pais, na medida em que ele seria menos “agressivo” com sua mulher<sup>21</sup>. Diferentemente, Herbert tece comparações que, além de fazerem referência ao poder de consumo de sua família, retratam também um momento específico de “urbanização” da favela:

Acho que eu tô melhor um pouquinho porque eu ando com as roupas que eu quero, que eu gosto de usar. O que a minha mãe pedir, assim, eu dou pra ela, entendeu? Acho que agora melhorou um pouquinho. Antigamente, era barraco no tempo deles. Agora tudo é tijolo. Antigamente, chovia, não tinha como ver televisão, não tinha luz no tempo deles. Chutava bola no fio, acabava a luz na favela. Agora, melhorou tudo. (Herbert, 19 anos)

Leandro é o único a dizer que as respectivas situações são iguais. Ressalta-se que este entrevistado é singular, tanto comparativamente aos outros rapazes, quanto em relação à sua própria família: ele saiu da casa de sua mãe aos 15 anos de idade para morar com o pai; o convívio com a madrasta logo se mostrou inviável, quando então alugou uma casa e passou a morar sozinho. Seu irmão mais velho, criado pela avó, era bandido na comunidade e foi assassinado; seu outro irmão está desaparecido há anos (provavelmente morto) e um terceiro, ainda vivo e com 20 anos, também pertence ao mundo do crime, pois Leandro afirma que o atual trabalho de seu irmão é “roubar”. Leandro é camelô.

Ao considerar a percepção dos entrevistados acerca da situação social em que se encontram, a mobilidade descendente está presente para cinco deles. A referência explícita à figura paterna é recorrente. Para David, por exemplo, a má situação é de toda a família, causada, porém, pelo desemprego do pai (está há dois anos desempregado). Paulão afirma, em tom bastante crítico e de reprovação, que seu pai já teve bons

<sup>21</sup> Há vários relatos de muita violência física entre seus pais. Alex, contudo, diz que “de vez em quando dá uns tapinhas” na mulher, mas “sem deixar marcas no corpo” da parceira, diferentemente de seu pai.

trabalhos mas hoje está “caído”, pois já gastou “muito dinheiro com bebedeiras e mulheres”. Para ambos, o declínio do pai concorre para esta percepção mais negativa da situação socioeconômica atual, sem fazerem referências a si mesmos. Apenas um rapaz, João, justifica sua percepção do momento atual como pior do que o de seus pais com uma argumentação do tipo “agora está pior porque agora eu tenho filho”.

### **Paternidade e trabalho: passaportes para o mundo adulto?**

A análise da gravidez na adolescência a partir de depoimentos de jovens pais tem aqui como base de reflexão os estudos de gênero e geração<sup>22</sup>, considerando-se a dimensão da classe social. O pressuposto adotado é o de que existem formas específicas de modelação da subjetividade segundo o gênero e a classe social, que se expressam em distintas visões de mundo, dando lugar a processos específicos de construção da pessoa.

A abordagem desta questão a partir da idéia de pessoa apóia-se na compreensão de que existem lógicas culturais distintas entre os diferentes grupos sociais, de tal maneira que, segundo Duarte (1986), pode-se falar na existência de duas “verdadeiras” culturas, coexistindo ao interior da sociedade brasileira. Na realidade empírica, encontram-se especificidades culturais que podem ser subsumidas a dois tipos. Duarte identifica no par classificatório “tradicional e moderno” – passível de ser reconceituado na oposição entre “holismo e individualismo” – os esquemas “modelares” para fazer referência a essas duas culturas. O primeiro é representativo de uma lógica inerente às camadas populares; o segundo é identificado às camadas médias da sociedade brasileira.

A família, o trabalho e a localidade são tidos como pilares da estruturação das identidades nas classes trabalhadoras, sendo a primeira o foco para a constituição da identidade social das pessoas, e derivando dela os dois outros (Duarte, 1986). Isto significa argumentar a favor da preeminência hierárquica do grupo sobre o indivíduo enquanto lógica organizativa<sup>23</sup>. No tocante à identidade masculina, por exemplo, esta seria construída em função de expectativas com relação à capacidade física e mental, ambas presentes na relação com o trabalho, sendo valores encompastados pela capacidade moral do homem. Esta poderia ser traduzida pelo preceito da “obrigação”, que é ilustrado por Duarte (1986, p. 176) com as expressões “manter o respeito” e “botar comida dentro de casa”.

Diversos autores observam a centralidade da família na trajetória de vida dos sujeitos das classes trabalhadoras, ou seja, a família encarna um “sentido de totalidade” sobre o indivíduo, organizando-se por uma *lógica assimétrica entre os gêneros e uma hierarquia entre as idades* (Salem, 1981; Zaluar, 1985; Sarti, 1996; Lopes, 1987; Heilborn, 1997). Duarte (1986) aponta a preeminência hierárquica entre idades nas classes trabalhadoras (assim como a preeminência masculino/feminino) no sentido da *valorização da condição adulta* como acesso à identidade social plena e legítima. Tal identidade estaria associada, na trajetória dos rapazes, a uma “intenção efetiva de melhor contribuir para a reprodução da casa, ajudando nas despesas” (Duarte, 1986, p. 187)<sup>24</sup>. Nesse sentido, haveria uma exposição brusca do *homem jovem* ao desafio de ser adulto, que poderia ser traduzido como desejo precoce de trabalhar, ou uma “adultização da infância” pela entrada prematura no

<sup>22</sup> Assim como a categoria de gênero vem relativizar a diferença biológica entre os sexos, também a de geração busca iluminar as divisões do curso da vida segundo limites etários. Infância, juventude, vida adulta e velhice são recortes arbitrários, compostos pela idade cronológica e por atributos culturais que servem de suporte para “definições” das “etapas da vida” (Brigeiro, 2000). Saliento que, no presente estudo, a discussão sobre geração está subsumida à problematização da noção de juventude.

<sup>23</sup> O contraponto desta proposição diz respeito ao universo peculiar às camadas médias da população, que teriam como eixos estruturantes das identidades sociais “indivíduo, sociabilidade e ocupação” (Duarte, 1986).

<sup>24</sup> Este argumento também é utilizado na literatura sobre juventude para justificar o início precoce da vida laboral em alguns grupos, fato que concorre sobremaneira para a transição de uma fase de vida a outra.

mercado de trabalho, ou ainda, uma ausência da adolescência nesses grupos<sup>25</sup>.

O marco moral da obrigação para com o trabalho é frequentemente acionado dentre os argumentos que contextualizam a entrada de rapazes no mercado de trabalho por volta dos 14 anos (Heilborn, 1997), emprestando a esta idade contornos que simbolizam uma quase maioridade. Heilborn observa que as trajetórias masculinas nas camadas populares são marcadas por processos de socialização que privilegiam a exteriorização do homem em relação ao domínio da casa. O trabalho estaria, portanto, identificado com o mundo público (por oposição à casa). Em um estudo realizado com crianças e adolescentes sobre as representações e usos do tempo, a autora analisa as regras de saída do grupo doméstico e pontua que o privilégio do trabalho fora do âmbito da casa, as pequenas atribuições dos meninos em relação ao serviço doméstico e o maior tempo livre desses para o lazer (em comparação com as meninas) são indícios desse processo de exteriorização do homem frente ao domínio da casa, ou antes, de demarcação da identidade social masculina (Heilborn, 1997).

Nessa linha argumentativa, não apenas o significado de adolescência ou de juventude, mas também do que é ser homem, está encompassoado por valores de uma lógica tradicional, que uma certa literatura antropológica julga característica desse segmento social. Assim, são importantes eixos de reflexão aqueles estabelecidos pelos critérios de inserção social (ou de classe) e gênero, na medida em que a percepção do que significa ser homem hoje, ou antes, os valores que conformam um *ethos* masculino (cf. Bateson, 1965) podem auxiliar no entendimento sobre os desfechos em relação a uma gravidez no período da adolescência. Deve-se lembrar que o material empírico

aqui analisado é composto predominantemente por histórias de assunção da paternidade, o que imprime determinados contornos aos “resultados” encontrados.

Em resumo, a existência de um episódio de gravidez não representa, necessariamente, uma mudança em termos de percurso escolar para os rapazes. Existem casos em que esta inflexão é feita; há outros, porém, em que a saída da escola já havia ocorrido, dando lugar à busca pela inserção no mercado de trabalho. A relação entre permanência na escola e entrada no trabalho é bem mais incisiva quando se consideram os condicionantes de classe do que o episódio de gravidez isoladamente. Essas ponderações são corroboradas quando se comparam as trajetórias escolar e de trabalho de jovens não pais das camadas populares<sup>26</sup>. Ambos os grupos têm percursos escolares intermitentes, marcados por interrupções que, muitas vezes, são justificadas pela “necessidade” ou “vontade” de trabalhar (Heilborn *et al.*, 2001). Todavia, os desfechos dados para cada caso de gravidez reverberam sobre o tipo e/ou urgência de inserção do jovem no mundo do trabalho. Mais ainda, o contexto destas trajetórias é dado por um imperativo moral do trabalho, através do qual cabe ao jovem, como signo de transição para a vida adulta, o dever de trabalhar. Esse imperativo – dever trabalhar – pode ser interpretado como fazendo parte do circuito das obrigações familiares que revela uma lógica de reciprocidade, que estrutura e organiza as relações familiares no universo das camadas populares (Duarte, 1986; Sarti, 1996; Heilborn, 1997). O depoimento abaixo é elucidativo desta lógica:

Homem sem trabalho não é homem... é um vagabundo e não tem valor. É importante o homem ter seu dinheiro para valorizar sua moral perante os familiares, a esposa e os vizinhos. (Paulão, 19 anos)

<sup>25</sup> O contraponto para tais afirmações, ou seja, a referência a partir da qual se está a fazer tais afirmações, como o próprio autor salienta, são os valores das camadas médias. Estas características são traduzidas pela literatura sociológica sobre juventude como modelo de passagem tradicional à vida adulta.

<sup>26</sup> Comparação feita com os dados qualitativos da Pesquisa Gravad, que realizou 123 entrevistas, das quais 81 foram realizadas com integrantes das classes populares.

Nesse contexto, se “sentir responsável” e “assumir” os atos é atributo de virilidade e faz parte do ideário da masculinidade. Todavia, é imprescindível a participação da família: nesse universo em que a ajuda recíproca é fundamental, a família é um ator central que provê moral e materialmente as condições para que o jovem possa “assumir a paternidade”. As precárias condições materiais de existência, acompanhadas das frágeis formas de inserção no mercado de trabalho, que transcendem qualquer tipo de critério geracional, podem ser alguns dos elementos explicativos desta configuração<sup>27</sup>.

Os jovens afirmam claramente que a paternidade significa amadurecimento e responsabilidade. Desse modo, se o processo de transição para a vida adulta é definido em termos da incorporação progressiva de atributos caracterizados por autonomia residencial/conjugal (cf. Cabral, 2002) e profissional/financeira, o nascimento e a assunção de um filho parecem incrementar tal processo. Ainda que a autonomia financeira e material seja, na prática, relativa, os discursos estão eivados de uma obrigação moral que impele o homem a assumir e a desempenhar a função de provedor. “Ter responsabilidade”, consequência direta da paternidade, implica incorporação ou assunção de novos papéis caracterizados pelos atributos da “seriedade” e da “maturidade”. Em outras palavras, a assunção da paternidade efetua a transição de uma condição à outra: para alguns, ela representa a consolidação do processo de passagem à vida adulta; para outros, ela acirra essa transição. Ela representa uma mudança de *status* e os jovens claramente afirmam que ficam mais responsáveis e maduros. Muitos passam a constituir família, fato que consolida o lugar no mundo para o gênero masculino. E nesse contexto, trabalhar é fundamental, pois “não deixar faltar nada em casa” é um valor central/hegemônico que ordena, modula e norteia estas trajetórias. Mais ainda: se a gravidez

joga importante papel na construção da identidade masculina do jovem, na medida em que torna pública sua potência e virilidade, é a assunção da paternidade o que ajuda a consolidação da imagem do homem “maduro”, “responsável”, “adulto”.

O cara tem que ter uma família. *Constituir uma família, para ele poder não se sentir sozinho, e não tendo só a família assim como os pais, as mães, os irmãos; ele tem que construir a própria família dele.* Se o cara não tem família, ele nunca vai ter responsabilidade com nada... vai nessa daí de virar bandido, faz isso, faz aquilo. Tendo uma família, vai botar na cabeça dele que aquilo ali é errado. Ele tem uma família pra criar, tem a esposa dele, entendeu? E *depois que a minha filha nasceu, que eu comecei a trabalhar, eu peguei mais responsabilidade...* Parei de ficar escutando meu pai jogando na minha cara que “você não faz nada! Só quer comer e dormir!” [...] Que eu curtia baile, curtia esses baile de briga, todo final de semana saía. (Flávio, 19 anos; grifos meus)

O processo de passagem à vida adulta no que concerne às trajetórias escolar-profissional e familiar-residencial parece ter contornos peculiares neste universo social. Quanto à primeira, significa menos uma interrupção do projeto de escolarização em prol do ingresso no mundo do trabalho, mas sim uma quase impossibilidade de retorno à escola e um maior comprometimento com a esfera laboral. Em relação à segunda, há a constituição de novas unidades familiares (algumas com residências próprias)<sup>28</sup>.

Assim, pode-se afirmar que se, por um lado, parte dos estudos europeus sobre juventude argumenta que os principais processos demarcadores de passagem à vida adulta (autonomia residencial/conjugal e profissional/financeira) passam a ter fronteiras mais plásticas e móveis na atualidade (Pais, 1993; Galland, 1997; Cavalli, 1997; Casal, 1997), por outro, deve-se atentar para o fato de que a gravidez ou, mais especificamente, a paternidade na adolescência parece ser um *evento biográfico significativo* que demarca a transição de uma condição à outra.

<sup>27</sup> Este mesmo fato é também constatado nos casos de paternidade na adolescência entre jovens de camadas médias; entretanto, nestes casos, o apoio dos familiares não ocorre em função de constrangimentos materiais dos filhos, mas, sim, em prol da preservação dos seus projetos educacionais (Heilborn *et al.*, 2001).

<sup>28</sup> Cf. Cabral (2002) e Costa (2002).

## Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

BATESON, Gregory. **Naven**. California: Stanford University Press, 1965.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre, **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRIGEIRO, Mauro. **Rir ou chorar?** Envelhecimento, sexualidade e sociabilidade masculina. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social (IMS), UERJ, 2000.

CABRAL, Cristiane S. **Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social (IMS), UERJ, 2002.

CALAZANS, Gabriela. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). **Cultura, adolescência e saúde**: Argentina, Brasil, México. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO-Unicamp), 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da população de 15-19 anos. In: VIEIRA, Elisabeth Meloni, FERNANDES, Maria Eugênia Lemos, BAILEY, Patricia e MCKAY, Arlene (orgs.). **Seminário gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro, 1998.

CASAL, Joaquim. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración. In: PAIS, J. M. e CHISHOLM, L. (coords.). **Jovens em mudança** – actas do congresso internacional “Growing up between centre and periphery”. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.

CAVALLI, Alessandro. The delayed entry in adulthood: is it good or bad for society? In: PAIS, J. M. e CHISHOLM, L. (coords.). **Jovens em mudança** – actas do congresso interna-

cional “Growing up between centre and periphery”. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997.

COSTA, Teresinha. **Histórias que merecem ser ouvidas e contadas**: uma abordagem da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social (IMS), UERJ, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ELO, Irma T. et al. Adolescent females: their sexual partners and the fathers of their children. **Journal of Marriage and the Family**, v. 61, February 1999.

FERRAZ, Elisabeth e FERREIRA, Inês Quental. Início da atividade sexual e características da população adolescente que engravida. In: VIEIRA, Elisabeth Meloni, FERNANDES, Maria Eugênia Lemos, BAILEY, Patricia e MCKAY, Arlene (orgs.). **Seminário gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro, 1998.

GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: Armand Colin, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 17, 2001.

HOWARD, Marion. Teenage parenthood: new research challenges old assumptions. **Family Planning Perspectives**, v. 25, n. 5, September/October, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **Cultura e identidade operária**. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

LUKER, Kristin. **Dubious conceptions**. The politics of teenage pregnancy. Cambridge: Havard University Press, 1996.



PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

\_\_\_\_\_. (coord.). **Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: PAIS, J. M. (org.). **Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis**. Porto: Ambar, 1999.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: "com a venda nos olhos". In: FRANCHETTO et al. **Perspectivas antropológicas da mulher 1**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS JÚNIOR, José Domingues dos. Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: vulnerabilidade à maternidade. In: SCHOR, N. et al. (orgs.). **CADERNOS juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, v. 1, 1999.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**. São Paulo: Editores Associados, 1996.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: VIEIRA, Elisabeth Meloni, FERNANDES, Maria Eugênia Lemos, BAILEY, Patricia e MCKAY, Arlene (orgs.). **Seminário gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro, 1998.

STERN, Claudio e GARCÍA, Elizabeth. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. **Reflexiones. Sexualidad, Salud y Reproducción**, México, D.F., Programa Salud Reproductiva y Sociedad/El Colegio de México, ano 2, n. 13, 1999.

STERN, Claudio e MEDINA, Gabriel. Adolescencia y salud en México. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (org.). **Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil, México**. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/ COLMEX/NEPO-Unicamp), 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Sexual relations among young people in developing countries: evidence from WHO case studies**. Genebra, 2001.

ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: **Colcha de retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba e LEAL, Maria Cristina. Gênero e educação pública: uma comparação entre o CIEP e a escola comum. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, ns. 188/189/190, jan./dez. 1997.

## Abstract

This study deals with the universe of teenage fatherhood in terms of the relationship among pregnancy, progress at school, and work among youngsters from low-income groups. Part of the literature on this topic has discussed the adverse effects of pregnancy on boys' school and professional careers, one of the major consequences being the (re)production of poverty. The field work consisted of individual interviews with young fathers and the mothers of young fathers living in a slum community in the city of Rio de Janeiro. When the youngsters' school and work records were considered, the former could be seen to be interrupted in favour of the latter, more for reasons of material need than as the result of the pregnancies in themselves. A comparison between the histories of the young men and those of their parents showed homogeneity in terms of social origin and of reproduction of class conditions. The category of "accountability" emerges as a central value, marking the passage to maturity and reinforcing male identity. It is clear that the literature on both masculinity and on working class culture has indicated that the function of provider is fundamental to the construction of a man's identity.

Enviado para publicação em 25/10/2002.

